

# Informativo Semanal

#COVID-19



AJUFE

10/06

### **Funpresp-Jud elege novos conselheiros para quadriênio 2021-2025**

A Chapa 2, "InovAção", venceu as Eleições Funpresp-Jud 2021. A votação terminou no último dia 30 /5 e elegeu um representante para o Conselho Deliberativo e um para o Conselho Fiscal, com seus respectivos suplentes. O mandato será de quatro anos. Para o Conselho Deliberativo, foram eleitos Celso de Oliveira e Sousa Neto (membro titular), do TJDFT, e Gustavo Sanches (membro suplente), do TRF1. Para o Conselho Fiscal, Rodrigo Mendes Cerqueira (membro titular), do TRF1, e Jailton Manguiera Assis (membro suplente), do TJDFT.

[Continue lendo...](#)

10/06

### **Justiça Federal em Vilhena/RO migra todos os processos em tramitação ajustada para o PJe**

A Subseção Judiciária de Vilhena, em Rondônia, entrou para a lista de unidades da Justiça Federal da 1ª Região que contam com um acervo 100% digital. Isso porque a equipe da SSJ concluiu, em 19 de maio, a migração de todos os processos em tramitação ajustada para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Os trabalhos de digitalização e de migração do acervo físico foram iniciados em maio de 2020 e, um ano depois, mais de 4,1 mil processos tramitam de forma eletrônica na Vara Única da Subseção.

[Continue lendo...](#)

10/06

### **Tribunal garante a estudante o direito de ingressar em universidade pública federal do Pará pelo sistema de cotas**

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) confirmou, por unanimidade, decisão do 1º Grau, que concedeu a uma estudante o direito de se matricular no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará (UFPA), nas vagas destinadas aos alunos de baixa renda e proveniente da rede pública de ensino.

Em apelação ao tribunal, a Universidade federal alegou que a aluna, no momento da matrícula, deixou de apresentar documentos referentes à inscrição no Programa Bolsa Fa-

mília, razão pela qual foi impedida de matricular-se. Defendeu em seguida ser a Administração Pública?? subordinada ao princípio da legalidade e, ao indeferir a matrícula, agiu em conformidade com a Lei nº 12.711/2012 e a Portaria nº 18/2012 do Ministério da Educação (MEC).

[Continue lendo...](#)

10/06

### **Negada revogação de prisão preventiva de acusado de tráfico de drogas que tirou tornozeleira eletrônica e viajou para outro estado com identidade falsa**

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou o pedido de habeas corpus impetrado para revogar a prisão preventiva do réu, determinada pelo Juízo Federal da Subseção Judiciária de Lavras/MG. O acusado estava cumprindo prisão domiciliar no estado do Paraná por tráfico de entorpecentes, mas foi pego em uma blitz da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no estado mineiro, onde apresentou identidade falsa.

O acusado alegou que não foi cumprido o prazo legal de 24 horas para a realização da audiência de custódia e homologação da prisão em flagrante; que possui residência fixa e trabalho lícito, além de ter grave doença respiratória e que a prisão poderia trazer prejuízos irreversíveis à sua saúde, por conta da pandemia da Covid-19.

[Continue lendo...](#)

10/06

### **Sustentabilidade: Justiça Federal no Piauí inaugura usina fotovoltaica e fachada que reduz custos com energia elétrica**

Em alinhamento com critérios socioambientais e o Plano de Logística Sustentável (PLS), a Seção Judiciária do Piauí (SJPI) inaugurou a nova fachada do edifício-sede da unidade e as instalações da usina de energia fotovoltaica.

A nova fachada vai muito além de estética: a estrutura utilizada na construção exige menos manutenção e traz mais conforto, de acordo com o engenheiro Reginaldo Rufino Leal, um dos responsáveis pela obra.

[Continue lendo...](#)

10/06

### **NPSC2 autoriza mutirão de conciliação**

### **do Auxílio Emergencial na SJES e prorroga na SJRJ até 1/8**

O coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2), desembargador federal Ferreira Neves, através da Portaria Nº TRF2-PNC-2021/00006, de 7 de junho de 2021, autorizou a imediata realização do Mutirão de Auxílio Emergencial na Seção Judiciária do Espírito Santo (SJES), estendendo-se até o dia 1º de agosto. O ato também prorrogou os efeitos da Portaria nº TRF-2-PNC-2021/00002, para estender o mutirão de Auxílio emergencial na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), no período de 1º de junho a 1º de agosto.

Os mutirões visam à solução de reclamações pré-processuais, que serão encaminhadas à Advocacia Geral da União (AGU), para oferecimento de proposta de conciliação, no prazo de dez dias. Caso não haja acordo, o pedido será distribuído para um juízo federal da 2ª Região, para julgamento.

**Continue lendo...**

10/06

### **União e Estado do RS devem fornecer medicamento para paciente com esclerose múltipla**

O Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4) deu provimento à apelação de uma mulher, de 50 anos, contra a decisão de primeira instância que havia julgado improcedente o seu pedido de fornecimento de um medicamento. A autora da ação sofre de esclerose múltipla primariamente progressiva e necessita para o seu tratamento de um remédio que não é disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A 6ª Turma da Corte determinou, em sessão telepressencial na última semana (2/6), que a União e o Estado do Rio Grande do Sul devem adquirir e fornecer o medicamento à autora, no prazo de 15 dias contados a partir da data do acórdão.

A autora do processo, residente em Porto Alegre, declarou que sofre de esclerose múltipla primária progressiva, diagnosticada em 1998, e que atualmente, dada a evolução da doença, apresenta grande dificuldade de andar, ficando praticamente restrita à cadeira de rodas. Ela ressaltou que já fez uso de medicamentos que o Estado disponibiliza para o tratamento, mas nunca apresentaram bom

controle da doença.

**Continue lendo...**

09/06

### **Tribunal concede direito de troca de curso para universitária bolsista do ProUni**

Na última semana (2/6), a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou, de forma unânime, uma sentença de primeira instância que concedeu a uma estudante de 20 anos, residente em Guaíba (RS), o direito de fazer a transferência entre cursos de graduação, mantendo a bolsa de estudos do Programa Universidade para Todos (Prouni), no Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). A decisão do colegiado foi proferida em sessão virtual de julgamento. A aluna do curso de Fisioterapia da UniRitter, com bolsa integral do ProUni, buscava a transferência para o curso de Psicologia, na mesma instituição de ensino.

**Continue lendo...**

09/06

### **Mantido auto de infração aplicado pela ANTT a veículo de transporte de cargas que fugiu de fiscalização**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu, em sessão virtual de julgamento da última semana (2/6), negar provimento à apelação de um homem multado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). O motorista foi autuado por se evadir de uma fiscalização na rodovia BR101. Ele ajuizou uma ação requerendo a anulação do auto de infração, mas o juízo de primeira instância considerou improcedente o pedido. A 4ª Turma da Corte manteve, por unanimidade, a sentença.

Em outubro de 2018, o autor da ação, morador de Porto Alegre, teve seu veículo autuado por infração, pela ANTT, no km 137 da BR101. A Agência descreveu na infração que após a abordagem o transportador evadiu-se da fiscalização relativa ao Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, assim sendo multado no valor de R\$5 mil.

**Continue lendo...**

08/06

### **EmpatiaAlimenta: Ajufe apoia o movimento solidário para ajudar pessoas em situação de insuficiência alimentar**

A Ajufe divulga o "Movimento #EmpatiaAlimenta", organizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). O objetivo é arrecadar recursos financeiros destinados a compra de mantimentos, em especial para aquelas famílias que sentem o impacto da fome em um dos piores momentos da pandemia da Covid-19. As doações devem ser feitas em dinheiro, diretamente na conta-corrente do Movimento, criada exclusivamente para as arrecadações. O repasse dos valores será feito a organizações e entidades que atuam no auxílio à alimentação das pessoas mais necessitadas. A escolha das instituições será feita a partir de pesquisas realizadas pela própria Anamatra e indicações das Amatras (associações regionais de magistrados do Trabalho).

[Continue lendo...](#)

08/06

### **Ajufe e presidente do Senado se encontram para tratar da ampliação da Justiça Federal**

Nessa última segunda-feira (7), o presidente da Ajufe, Eduardo André, o diretor jurídico, Ivanir César, e a diretora do Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais, a juíza federal Vânia Cardoso André de Moraes, reuniram-se com o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, para tratarem da ampliação da Justiça Federal e criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

O pedido de urgência da aprovação dos PLSs (5919 e 5977/2019) que tratam da das matérias citadas busca a continuidade da eficiência e a ampliação do atendimento ao jurisdicionado atual. "O Presidente do Senado mostrou a necessidade da aprovação dos Projetos de Ampliação dos TRFs e Criação do TRF6 para o eficiente funcionamento da Justiça Federal", comentou o presidente da Ajufe.

[Continue lendo...](#)

07/06

### **Ajufe participa do 1º Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação**

O presidente da Ajufe, Eduardo André, participou da abertura do Primeiro Encontro Nacional de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário nesta segunda-feira (07/06). O evento tem o objetivo de lançar a plataforma para que os laboratórios exponham os seus

cases, compartilhem experiências e explorem novas possibilidades.

Apesar de a Ajufe não ter um laboratório físico, a associação é pioneira no quesito inovação e inspirou a criação de espaços inovadores na Justiça Federal. Além disso, desde 2016, a Ajufe, com a realização do Fórum Nacional de Administração e Gestão Estratégica (FONAGE), tem promovido debates, compartilhamento de experiências e práticas inovadoras.

[Continue lendo...](#)

07/06

### **Inscrições abertas para o curso sobre improbidade administrativa da Emagis**

Em junho, ocorre o curso "Improbidade Administrativa: o Projeto de Lei 10.887/2018", realizado Emagis e com o apoio da Ajufe. As atividades serão iniciadas no dia 15 e 17/6 pela plataforma Zoom, na modalidade de Webinário, com exposições dialogadas conduzidas por oito palestrantes (quatro por dia) e, ao final, debates. Entre 18 e 24/6, serão realizadas discussões na plataforma Moodle, para aprofundar o exame das modificações propostas no PL 10.887/2018.

No dia 25 de junho, os participantes serão agrupados em três salas da plataforma Zoom, para discutir as conclusões do curso, deduzidas na forma de enunciados. Após breve intervalo, todos serão reunidos na mesma sala, para avaliação e discussão das conclusões de cada grupo e para a elaboração dos enunciados finais.

[Continue lendo...](#)

04/06

### **Mantida condenação de homem por contrabando de mais de 200 mil maços de cigarros no Paraná**

O Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF4) decidiu, nesta semana (1º/6), dar parcial provimento à apelação da defesa de um homem de 21 anos, residente em Xambê (PR), denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por contrabando na rodovia estadual PR-488 de mais de 200 mil maços de cigarros provenientes do Paraguai. O réu havia sido condenado em primeiro grau à pena privativa de liberdade de 4 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão e 1 ano, 1 mês e 15 dias de detenção, em regime inicial fechado, além

do pagamento de multa. A 7ª Turma da Corte manteve, de maneira unânime, a condenação, mas readequou a dosimetria da pena, determinando para o homem 2 anos e 6 meses de reclusão e 7 meses e 12 dias de detenção em conjunto com o pagamento de multa. Porém, o colegiado substituiu a pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, consistentes em prestação de serviço à comunidade ou entidades públicas, pelo período que durar a condenação, e em prestação pecuniária no valor de 8 salários mínimos.

De acordo com a denúncia, em setembro de 2020, na rodovia estadual PR-488, nas proximidades de Diamante do Oeste (PR), o réu foi avistado por um agente da Polícia Federal (PF) e dois policiais da Polícia Militar (PM) paranaense dirigindo um caminhão em alta velocidade. Suspeitando da atitude do denunciado, os agentes tentaram abordá-lo com sinais sonoros e luminosos. O homem, não obedecendo as ordens, realizou diversas manobras, com o intuito de dificultar a aproximação.

[Continue lendo...](#)

04/06

**Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região é reconhecido como instituição formadora de mediadores judiciais**

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Sistema de Conciliação da 4ª Região (Nupemec/Sistcon) foi reconhecido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) como um instituição formadora de mediadores judiciais. A Portaria de Reconhecimento foi expedida no dia 27/5. Dessa forma, o Nupemec/Sistcon torna-se uma instituição formadora de mediadores por tempo permanente, abrangendo a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

"O Sistcon já fazia a formação de conciliadores em conjunto com a Escola da Magistratura da 4ª Região (Emagis/TRF4) e com os núcleos da primeira instância, porém não de mediadores", explicou a desembargadora federal Taís Schilling Ferraz, coordenadora-geral do Sistcon. A diretora do Sistcon, Rossana Brose, afirmou que também foram realizados

diversos cursos para formação de conciliadores em parceria com o Núcleo de Capacitação do TRF4, desde 2009.

[Continue lendo...](#)

04/06

**Podcast "Conversa com o Judiciário" tem apresentação de ministro do STJ**

O podcast "Conversa com o Judiciário" é uma produção da Revista Justiça & Cidadania, com edição de Erika Branco e apresentação do ministro do Superior Tribunal de Justiça Luis Felipe Salomão.

Toda terça-feira, um novo episódio estará disponível trazendo diversos especialistas para debater os principais assuntos do momento que estão no foco do Poder Judiciário. Política, economia, cidadania, tecnologia, responsabilidade social, sustentabilidade e muitas outras pautas fazem parte das conversas sobre temas que envolvem o Direito e a Justiça.

[Continue lendo...](#)

04/06

**E-book: "Diálogo entre os Poderes no enfrentamento à violência contra as mulheres"**

O Instituto de Estudos Jurídicos Aplicados (IEJA) promoveu um encontro virtual para debater o enfrentamento à violência contra mulheres que resultou em um e-book intitulado "Diálogo entre os Poderes no enfrentamento à violência contra as mulheres".

Sobre o tema - O enfrentamento à violência doméstica é um dos temas mais desafiadores para o desenvolvimento de políticas públicas. A Lei Maria da Penha procurou tratar o problema de forma integral. Além de aumentar a pena para os agressores, estabeleceu instrumentos de proteção e acolhimento de emergência às vítimas e previu mecanismos para oferecer assistência social à mulher agredida.

[Continue lendo...](#)



**AJUFE**